

ATA DA 43ª REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE –  
COEMA, REALIZADA EM 01 DE  
JUNHO DE 2011.

1  
2  
3  
4  
5

6

7 Ao 01 dia do mês de JUNHO de dois mil e onze, no Auditório da Secretaria Estadual  
8 de Meio ambiente - SEMA, sito à Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, Marco,  
9 Belém/PA, realizou-se, a 43ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Meio  
10 Ambiente – **COEMA**, *Primeira Reunião do ano em curso*, sob a presidência da Dra.  
11 **Teresa Luisa Mártires Coelho Cativo Rosa**, Secretária de Meio Ambiente e do Dr.  
12 **Rubens Borges Sampaio**, Secretário Adjunto e Secretário Executivo do **COEMA** e  
13 com a presença de Conselheiros e convidados. Dando início à 43ª Reunião  
14 Extraordinária do COEMA, passou à seguinte pauta com as palavras da Presidente: **I-**  
15 **Abertura:** Boa tarde. Nós estamos iniciando a nossa 43ª reunião extraordinária do  
16 COEMA, eu queria dar as boas vindas, me apresentar como a Secretária de Meio  
17 Ambiente que assumiu a partir de 01 de janeiro deste ano e perguntar se todos  
18 receberam o material? E pedir então, já considerada, feita a minha apresentação  
19 pessoal, eu queria então apresentar o Secretário Executivo, que é o Secretário  
20 Adjunto, Rubens Sampaio, e a nossa secretaria executiva que é o Dr. Milton Maués  
21 com a sua equipe. Eu queria que fosse feita a apresentação. *Apresentaram-se*  
22 *Andressa Andrade e Cicléia Vilhena, que faz parte da logística da secretaria executiva.*  
23 Dada a palavra novamente à secretária a mesma relata: então são os três que aqui  
24 nos assessoram e que passam a estar, então, disponíveis para assessoramento de  
25 todo o nosso conselho. A Lúcia que está aqui comigo já é conhecida dos senhores e  
26 está aqui hoje na condição de representante dos servidores da SEMA. Na próxima  
27 reunião que será a reunião ordinária, onde nós já vamos ter os novos membros  
28 indicados, nós vamos então fazer uma propositura de que o Sindicato da casa possa  
29 indicar o servidor que vai ser o representante da SEMA no nosso colegiado. Então  
30 feita essas considerações iniciais, eu gostaria que fosse feita a apresentação dos  
31 novos conselheiros e que à medida que a apresentação fosse feita, já fosse também,  
32 para efeito de registro de gravação em ata, considerado o ato de posse. *Neste*  
33 *momento passaram a se apresentar e simultaneamente tomaram posse pela*  
34 **secretária os conselheiros presentes: Hidelgado Nunes**, representante Titular, da  
35 Secretaria Estadual de Agricultura – SAGRI; **José Leal**, representante Suplente, da  
36 ONG Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós; **Armando Soares**,  
37 representante Titular da Federação de Agricultura do Estado do Pará – FAEPA;  
38 **Armando Zurita Leão**, representante Titular da ONG Instituto de Divulgação da  
39 Amazônia – IDA; **Justiniano Queiroz Neto**, representante Suplente da Federação das  
40 Indústrias do Estado do Pará - FIEPA; **Amiraldo da Silva Pinheiro**, representante  
41 Titular, da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Estado do Pará – SESP, em  
42 seguida, *a secretária declarou-os todos empossados.* Após, solicitou aos **convidados**  
43 que se apresentassem formalmente aos demais presentes, o que se seguiu na ordem:  
44 **Carlos Xavier**, presidente da FAEPA; **Promotor Nilton Gurjão** do Ministério Público  
45 do Estado do Pará que explica que já a dois (2) mandatos foi conselheiro suplente do  
46 COEMA e que agora com a escolha do Promotor Wilson Benedito para substituí-lo,  
47 estava, naquele momento, passando da condição de Conselheiro para convidado;

48 **Thales Melo**, Advogado da consultoria Jurídica – CONJUR, da SEMA; **Castriciano**  
49 **Sampaio**, Advogado da consultoria Jurídica – CONJUR, da SEMA; **André Reis**,  
50 representante do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM e também do Sindicato  
51 das Indústrias Minerárias do Pará; **Márcia Souza**, representando, como convidada, a  
52 Secretaria Estadual de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia – SEDECT, sendo que  
53 a Secretária, com a presença desta última, *considerou empossado o membro da*  
54 *SEDECT*, após as apresentações, passou-se à seguir a pauta: **II- Comunicações:** A  
55 Secretária comunica a todos os presentes sobre a devolução do Processo nº  
56 549918/2009 à SEMA, cujo o interessado é a Mineração Caraíba, onde verificou-se,  
57 após análise, a falta de alguns documentos e por este motivo o processo em questão  
58 não havia sido levado e apresentado ao Conselho, visto que, inclusive, aquele  
59 processo já havia sido submetido e aprovado pelo COEMA, *em seguida* a Secretária  
60 decidiu por discorrer os assuntos da pauta e depois ouvir as manifestações dos  
61 interessados, assim, seguiu para o segundo item das comunicações que foi a escolha,  
62 na próxima reunião ordinária, da escolha dos presidentes das Câmaras Técnicas que  
63 serão indicados pelas na Reunião. Iniciou-se em seguida a proposta de calendário  
64 anual das reuniões ordinárias, onde foram, *a priori*, aprovadas as seguintes datas:  
65 **05/07/2011, 13/09/2011, 22/11/2011**, porém, as datas sugeridas e aprovadas só para  
66 efeito de organização, caso ocorresse algum problema maior, poderiam ser retificadas  
67 posteriormente, o que foi aceito pelos conselheiros. Dando continuidade, a Presidente  
68 do Conselho comunicou aos presentes sobre a proposta de um Projeto de Lei que foi  
69 encaminhada por propositura do Deputado Gabriel Guerreiro, veiculado nos jornais,  
70 que tratava da questão do avanço do processo de municipalização das licenças  
71 ambientais para projetos de assentamentos e também manejo ambiental de até 100  
72 ha, pelos municípios paraenses através das suas prefeituras e secretárias municipais  
73 de meio ambiente que fossem estruturadas para tal finalidade, pois os que não  
74 tivessem essa estrutura para análise, a função continuaria a cargo da SEMA, ademais  
75 a Secretária continuou, dizendo que na realidade, pegando o histórico deste Projeto de  
76 Lei, verifica-se que o mesmo já tinha sido encaminhado anteriormente na gestão da  
77 então Governadora Ana Júlia e foi objeto de veto pela mesma. Como novamente esse  
78 Projeto de Lei foi encaminhado à aprovação pelo Governador, a SEMA foi ouvida e  
79 manifestou-se pela permanência do veto. Por quê? Explicou a Secretária: Se já  
80 estamos encaminhando e já estamos avançando no processo de descentralização, de  
81 desconcentração, já estamos, inclusive, firmando compromisso em um projeto maior  
82 de municípios verdes e por que o próprio texto do projeto tem problemas quando ele  
83 fala aqui em projetos **de** assentamento, quando na realidade deveria ser projetos **em**  
84 assentamento, por que a competência, inclusive, não é do próprio Estado, então em  
85 função desta e de outras variáveis que nós tínhamos aqui para exame técnico da  
86 SEMA, estamos trazendo para o Conselho no item comunicações por que não sei se  
87 já era do conhecimento de todos os senhores conselheiros. Continuou a secretária,  
88 dizendo: antes de passar a palavra aos senhores em relação se tiverem algum item  
89 para exporem no neste item das comunicações, eu gostaria de informar, o que para  
90 nós da Secretaria é bastante satisfatório do ponto de vista da produtividade da área  
91 jurídica que nós efetuamos diligências nos processos de infração administrativa que se  
92 encontravam paralisados por falta de andamento há mais de dois (2), três (3) anos  
93 dentro da Secretaria, descrevendo os resultados a seguir: Processos enviados ao  
94 COEMA para serem julgados no total de 172; Processos com decisão administrativa  
95 no D.O.E e enviados ao arquivo diante de sua finalização no total de 72; Valores de

96 multas recebidas de Janeiro a Abril de 2011 no total de 88.255,84; Processo enviados  
97 a SEFA para inscrição na Dívida Ativa no total de 250; Processo que estavam  
98 paralisados na Consultoria Jurídica por falta de Aviso de Recebimento dos correios  
99 (AR) referente as notificações enviadas no total de 716, em seguida a Secretária  
100 explicou qual foi a orientação e qual vem sendo a orientação que está sendo imprimida  
101 na SEMA com relação a estes processo que tiverem pendentes em função de  
102 qualquer informação que não seja oriunda da própria SEMA e que estiverem sem  
103 movimentação nessas secretarias há mais de um (1) ano, deverão, após nova análise,  
104 passar para uma condição de *indeferidos*, não podendo ser simplesmente  
105 descartados, pois seus autores pagaram a taxa inicial e em função disso terão direito  
106 de recorrência que já se estabelece no próprio comunicado que terão 30 dias para  
107 recorrer. Com o problema dos Avisos de Recebimento- AR's, contabilizou-se um  
108 número de 716 processos de múltiplas atividades paralisados e por esse motivo foi  
109 solicitado junto ao setor jurídico da SEMA essa análise apurada e apresentada aos  
110 presentes como o resultado de trabalho da secretaria nesses quatro primeiros meses  
111 de administração e pediu aos conselheiros para que a Ata da 42ª reunião  
112 extraordinária do COEMA fosse enviada por e-mail a eles e que na próxima reunião  
113 ordinária eles a aprovassem. Após a Presidente do COEMA fazer as comunicações  
114 que são de interesse do próprio Órgão, abriu a oportunidade aos presentes para  
115 qualquer comunicação que julgassem pertinentes. Em seguida o **Dr. Carlos Xavier**,  
116 presidente da FAEPA, pediu a palavra e disse que o Estado do Pará está vivendo um  
117 momento extraordinário de grandes projetos e que o Estado precisa preparar a  
118 sociedade para recepcionar esses projetos explicando que isso que está acontecendo  
119 em Belo Monte já aconteceu há mais de duas décadas em Tucuruí, ou seja, que vêm  
120 pessoas de fora para o Estado quando o projeto inicia-se, ficamos com um passivo  
121 imenso e aquelas que já estão aqui ficam numa situação fragilizada socialmente, em  
122 seguida o convidado disse que estava lá para deixar seu apoio, suas propostas junto  
123 ao Conselho, depois citou vários projetos começando pelo *Projeto preservar* de autoria  
124 do Estado, juntamente, com a Sociedade Civil Organizada, profissionais liberais, que  
125 foi lançado há 3 anos, onde mostra, diferentemente do que é passado ao Brasil e ao  
126 mundo, que o Pará é um Estado destruidor, mostrando que apenas 24% do território  
127 está antropizado e que mesmo assim essa antropização é em função de políticas  
128 públicas federais, citando que o INCRA, um órgão federal, só fazia a regularização  
129 fundiária se a metade da área tivesse desmatada. Outro item que foi abordado foi o de  
130 dar apoio ao conselho quanto o Projeto de Lei que trata da política estadual de  
131 mudanças climáticas, visto que há 94 milhões e 800 mil há de florestas para o mundo  
132 ver e com isso existe o interesse do Estado em receber o crédito do Carbono sobre  
133 essas florestas e este projeto vem a regularizar essa situação, falou também do  
134 Projeto dos municípios verdes, onde disse ser importante definir algumas vantagens  
135 econômicas desse projeto e que o conselho poderia dar uma contribuição. Continuou,  
136 a seguir, definindo outros itens que julgava importantes para serem discutidos pelo  
137 COEMA, tais como: Existem projetos no Estado para tratar das florestas nativas,  
138 incluindo-se aqui o cacau e a seringa, e dá a opinião de que se poderiam utilizar essas  
139 florestas nativas na composição de Reserva Legal das ATPS; Relata ter 1031 projetos  
140 de assentamento só pela área federal e que nenhum desses 1.031 têm licenciamento;  
141 Discutir sobre a retroação de seringais nativos no Marajó, cujo os municípios tem o  
142 menor IDH do Estado, sobre tudo em anajás e na divisa da parte final de Muaná que  
143 faz divisa com Anajás; Tratar também do Zoneamento dentro do Marajó que ficou fora

144 e esse é um assunto que preocupa, uma vez que, o Marajó é uma APA e está  
145 recepcionado pela Constituição Estadual; Analisar também o Termo de Compromisso  
146 assinado com o Procurador da República e o Governo, para adequar prazos dentro do  
147 artigo que trata do Grupo de Trabalho; Analisar a questão de que o Governo do  
148 Estado, na época do Dr. Almir ou do Dr. Jatene, contratou a ESALQ(Escola Superior  
149 de Agronomia Luiz de Queiroz) para fazer um estudo sobre a cana-de-açúcar e  
150 zoneou no Pará 9 milhões de hectares da melhor qualidade só em área antropizada,  
151 para se ter idéia, hoje no Brasil não chega a 7 milhões de hectares de introdução e  
152 depois de todo esse estudo, zoneamento o Governo Federal cria um Decreto que  
153 proíbe que se faça a cana-de-açúcar aqui no Estado; Citou também a questão da  
154 autonomia estadual para os assuntos de meio ambiente, defendendo que acha ser  
155 ruim ficar tudo sob a decisão de Brasília e Brasília achar que o Pará é igual a Santa  
156 Catarina, e tomar como exemplo o que Minas Gerais e Santa Catarina estão fazendo  
157 que é criar a própria legislação ambiental estadual deles; Criar condições da  
158 compensação ambiental florestal dentro daquelas propriedades que esteja com suas  
159 reservas legais fora dos limites e diz que já foi criada a Lei 6745/05 que cria 16  
160 milhões de hectares de florestas de proteção integral e que tem outras florestas  
161 criadas para poder dar o uso sustentável para os projetos de manejo e que o objetivo  
162 é retirar todo e qualquer passivo ambiental existente nessas propriedades e nos 24%  
163 antropizados, inclusive esses 1.031 projetos de assentamento que não tem  
164 licenciamento; Que estão trabalhando na emenda 6462 que trata da lei de florestas e  
165 que regulamenta cotas e que também, no mesmo ano, foi criado o IDEFLOR para  
166 administrar as florestas; Falou também da possibilidade de criar incentivos ao  
167 reflorestamento e todo outro procedimento que trata de ganho ambiental; A seguir deu  
168 a idéia, para ser também discutida como as demais, na pauta do COEMA, de  
169 dispensar o licenciamento para toda e qualquer ação ou plantio que venha a ajudar,  
170 apoiar o meio ambiente; Passa a questionar a aprovação do Código Florestal, que na  
171 sua opinião, não tem nada a ver com a Amazônia, que está aí para poder resolver a  
172 situação dos Estados do RS, SC, PR, SP, RJ, MG e ES que têm todas as suas  
173 produções em cima de morros de APP, além do que também deve ser discutida a  
174 questão de delegação de competências por Estado que não ficou muito bem clara pelo  
175 jeito que eles alteraram e fala também sobre o direito adquirido, por exemplo, no  
176 Estado do Pará há três regiões que devem ser abordadas sobre esse assunto, a  
177 região bragantina que foi antropizada há mais de 150/200 anos e questiona-se: quem  
178 está nessa área é obrigado a cumprir essa legislação? E o direito adquirido fica onde?  
179 Falou também de outras duas regiões, a do Marajó e a das margens dos rios que  
180 foram também antropizadas e que acha que há o direito adquirido sobre elas em  
181 seguida finaliza sua participação dizendo que tem um compromisso consigo de levar a  
182 questão ambiental do Pará para onde for e ressalta a força, as potencialidades que  
183 esse Estado tem e que precisa urgentemente discutir um plano de negócios, dando  
184 exemplo, de quando foi a Tucuruí, saiu assustado, pois, a cidade está em baixo da  
185 maior usina hidrelétrica do país, já que a outra é bi-nacional, e as Ilhas que estão em  
186 seu entorno não têm energia elétrica, logo, há pessoas vindo para cá, utilizam os  
187 recursos do Estado e não existe um compromisso com a população local de Tucuruí,  
188 já em Belo Monte conseguiram que 10% da energia gerada no Estado ficassem aqui,  
189 despede-se e agradece a todos e **volta à palavra a Secretária** que disse: Obrigada  
190 também, eu gostaria que o senhor pudesse encaminhar para nós essas proposituras.  
191 E nós ficamos então com o compromisso de socializá-la e acho que elas são de

192 extrema importância não só pelo assunto, mas pelo momento em que a gente passa  
193 hoje no nosso Estado. Não dá mais para ficar calado diante de todo esse processo de  
194 mudança que está acontecendo, e o que é mais importante, se nós não estivermos  
195 estatura, preparo, as coisas acontecerão a reboque no Estado. Então eu ia agradecer  
196 e dizer que eu já me coloco como parceira mais uma vez e também dizer ao senhor,  
197 pelo que me foi colocado aqui, que nós que nós estamos com uma consultoria externa  
198 já para poder fazer uma legislação atualizada do nosso Estado a respeito do que nós  
199 pudermos requerer ao Governo Federal que seja repassado para o Estado. Com  
200 relação ao Marajó nós estamos também já mudando uma estrutura de funcionamento  
201 e de gestão dentro da secretaria de meio ambiente para ter esse olhar diferenciado em  
202 relação ao Marajó. Estamos discutindo alternativas de fornecimento de madeira, por  
203 exemplo, da Prefeitura de Afuá, onde a maioria das escolas está necessitada de  
204 reparo e não tem como fazê-lo, mas já dissemos ao prefeito que ele vai ter que pedir  
205 uma exceção e que essa exceção a gente vai ter que fazer por um período curto,  
206 identificando a origem de onde ele vai adquirir na cadeia produtiva o produto para  
207 trazer aqui e a gente poder referendar essa utilização e por último eu gostaria de dizer  
208 que realmente a gente precisa fazer uma semana de meio ambiente com maior  
209 estatura, os senhores serão todos convidados, o convite vai ser por meio virtual, mas  
210 nós vamos a partir do dia 05, mas principalmente as programações dos dias 06 e 07.  
211 No dia 06 nós teremos mesa redonda e no dia 07 nós teremos um dia só para que os  
212 prefeitos e interessados tomem conhecimento do programa Municípios Verdes e  
213 colocamos, por tudo o que o senhor tinha oferecido a nós, um *stand* à disposição da  
214 FAEPA para poder não só expor os seus produtos, mas também divulgar aquilo que  
215 for de interesse da Federação e também a possibilidade de estarmos todos lá reunidos  
216 para prestar informações, esclarecimentos, já que é um evento público, de entrada  
217 franqueada e que a gente tem que otimizar ao máximo essa programação. Nesse  
218 momento **se manifesta o conselheiro Hidelgado Nunes** dizendo: Eu queria só  
219 manifestar nossa posição quanto à relevância dos temas, como o presidente da  
220 FAEPA propôs, acho que são temas pertinentes para que a gente possa debatê-los ao  
221 longo da nossa programação e desejar aí a nossa Presidente uma gestão com muito  
222 êxito a frente do conselho e dizer que da parte da Secretaria de Agricultura nós  
223 estaremos sempre presentes aqui no nosso calendário de reuniões para expressar um  
224 pouco, um pensamento da política agrícola do Estado, como é que isso se faz em  
225 base sustentável, pela própria orientação do governador Jatene e também comunico a  
226 vocês que eu estou com um voo agora para Brasília e eu pediria licença para me  
227 retirar, estava aguardando só o final da sua manifestação, para poder pedir licença e  
228 pedir desculpas aos conselheiros pela minha saída antecipada e reafirmar o meu  
229 compromisso de trazer a nossa contribuição da Secretaria a esse conselho.  
230 **Manifesta-se a Secretária:** Obrigado conselheiro e boa viagem. Em seguida  
231 manifesta-se o conselheiro titular, **representante da FAEPA, Armando Teixeira**  
232 **Soares**, dizendo: Secretária, eu gostaria de oferecer uma contribuição para fazer uma  
233 exposição da importância sócio-econômica ambiental da borracha nesse contexto.  
234 Nós temos uma proposta já encaminhada ao Ministério da Agricultura e que foi muito  
235 bem recebida, trata-se da proposta de um programa de reativação dos seringais  
236 nativos e também para plantio de seringueiras e utilização da seringueira como agente  
237 econômico de desenvolvimento já está mais do que provada, não é? Aí estão as  
238 Malásias da vida para provar a importância sócio-econômica da borracha, já que  
239 infelizmente estamos de costas para esse agente de alto poder de desenvolvimento

240 econômico-social. Então, nós temos isso preparado e gostaríamos, por isso ser um  
241 assunto, vamos dizer, que poucos têm domínio, e nós temos isso preparado na  
242 Federação, colocar à disposição da Secretaria para fazer uma exposição *Power Point*  
243 para saber de que maneira a SEMA poderá utilizar esse agente econômico em favor  
244 do Estado. **Retorna a palavra a Sra. Secretária** que diz: Bom, eu queria agradecer  
245 também e aproveitar a oportunidade para dizer que nós estamos idealizando aqui na  
246 SEMA mensalmente uma exposição sempre de um projeto que seja de interesse do  
247 Estado, de algum grande projeto que esteja aqui, na própria SEMA sendo analisado,  
248 com o objetivo de levar informação para os nossos técnicos, nossos servidores, então,  
249 mensalmente nós temos esse evento e nós já poderíamos acertar com o senhor e lhe  
250 mandaríamos uma correspondência para que a gente possa incluir em nosso  
251 calendário e faríamos o encontro aqui em nosso auditório para poder socializar essas  
252 informações tão necessárias para nosso conhecimento e até para políticas que a  
253 gente venha implementar a partir do nosso órgão. Muito obrigada. Utiliza-se da palavra  
254 o **conselheiro suplente da FIEPA, Dr. Justiniano**, que cumprimentou a Secretária,  
255 os conselheiros e os demais presentes e continuou com a palavra: Seguindo a ordem  
256 aqui que nos foi proposta de trabalho hoje, em relação às comunicações, eu queria  
257 informar aos conselheiros, que no próximo final de semana, agora, nos dias 04 e 05,  
258 sábado e domingo, nós vamos ter um evento bastante importante e interessante sobre  
259 a questão ambiental em Paragominas no Pará. Trata-se do encontro nacional das  
260 comissões de direito ambiental da OAB, onde cada seccional da OAB possui uma  
261 comissão de direito ambiental, comissão de meio ambiente, do qual eu sou membro  
262 aqui do Estado do Pará, juntamente com cerca de 30 colegas Advogados e em cada  
263 Estado existem essas comissões e anualmente elas fazem um encontro para poder  
264 debater os temas mais importantes da seara ambiental e esse ano o encontro nacional  
265 vai ser em Paragominas, que foi escolhida justamente por conta do projeto *município*  
266 *verde*, que inspirou até o governo do Estado a lançar esse programa dos municípios  
267 verdes, o qual se referiu já a nossa Secretária e o nosso amigo Carlos Xavier, então a  
268 programação é bastante interessante, nós vamos ter palestrantes do naipe de Celso  
269 Antônio Pacheco Fiorino que é um grande *jus ambientalista*, vamos ter o Fábio  
270 Feudman, que é Deputado Federal, hoje do PV, já foi do PSDB, bastante conhecido  
271 pela militância na área ambiental, além de outras várias outras sumidades na área do  
272 direito, na área ambiental, que vão palestrar e esse humilde conselheiro vai participar  
273 de um dos painéis lá, de gestão ambiental, os desafios da gestão ambiental e está  
274 bem interessante, então queria comunicar aos conselheiros e convidá-los, como eu  
275 sou lá de Paragominas também, para que façam uma visita em nossa cidade, vai ter  
276 corrida do Advogado e o lançamento de vários outros eventos de projetos importantes.  
277 Bem, na comunicação é isso, na ordem do dia, eu queria sugerir, eu concordo como  
278 encaminhamento da Secretária de que a gente possa revisar e fazer essa leitura com  
279 mais calma e eu queria sugerir que nos fosse encaminhado por e-mail o arquivo  
280 eletrônico da Ata, por que daí a gente coloca naquele modo “controlar alterações” e  
281 fica fácil de identificar. Bem, no que ocorrer eu gostaria de manifestar nosso irrestrito  
282 apoio à pauta proposta aqui, pelo nosso colega, presidente e irmão Carlos Xavier, da  
283 nossa entidade irmã, que é a FAEPA, então a FIEPA apóia essa pauta, o presidente  
284 teve a gentileza, hoje de manhã de nos ligar para a gente trocar algumas idéias sobre  
285 os principais itens da pauta, então a FIEPA se sente contemplada nos assuntos e por  
286 tantos que estão sendo demandado nesse COEMA, em segundo lugar, eu queria  
287 elogiar e manifestar a nossa alegria de ver esse COEMA sendo novamente

288 organizado, pois, no passado, eu até comentava com a nossa colega e grande  
289 conselheira, Lúcia Porpino, que dava uma tristeza de ver o COEMA sem secretaria,  
290 sem estrutura realmente para bem fazer o trabalho, não foram poucas às vezes em  
291 que nós aqui tivemos que fazer a Ata, encadernar, abrir processo, por que  
292 simplesmente não tinha o apoio nem físico, nem institucional para funcionar o  
293 conselho, então parabéns à secretária e a nova equipe, que compreendendo a  
294 importância do conselho já designou três pessoas para fazerem a assessoria  
295 administrativa e técnica desse conselho. Acho que o COEMA tem muito a oferecer em  
296 termos de gestão Ambiental, nos últimos anos nós nos limitamos a nos reunirmos para  
297 aprovar grandes projetos que são importantes, mas o papel do COEMA transcende a  
298 isso, nós temos um papel de protagonismo na questão ambiental, em questões  
299 normativas, em discussões, em debates e certamente isso irá ajudar a gestão da  
300 SEMA, pois estará ajudando a legitimar as decisões da Secretária, ajudando a  
301 melhorar as normas que eventualmente a Secretaria deseje baixar, porque esse  
302 conselho é altamente qualificado, hoje não estão todos os conselheiros, mas pelo os  
303 que estão presentes aqui, como o Dr. Armando Soares, Dr. Nilton, Dr. Leal, Dr.  
304 Amiraldo, Dr. Zurita que é uma sumidade no direito tributário, sem falar da prata da  
305 casa, a Lúcia, mas realmente o Conselho tem uma capacidade, agora é preciso saber  
306 absorver, usufruir dessas competências que o conselho tem. Queria também registrar  
307 aqui, dentro da fala da secretária, nossa satisfação também em ver que a mesma e a  
308 sua equipe estão aplicando como se fosse um “5S” aqui na Casa ta organizando, ta  
309 limpando, ta tirando aquele entulho de processos, entulho legislativo, que são um dos  
310 primeiros passos do “5S”, a gente tem que primeiro dar uma organizada, para daí  
311 começar a fluir melhor o nosso trabalho e a gente vê que isso tem acontecido, nós  
312 vimos no *site* da SEMA aquele comunicado dos vários processos que vão ser  
313 indeferidos por falta de interesse do empreendedor, fizemos as circulares  
314 comunicando para todo o setor empresarial, em especial com o florestal que tem mais  
315 o meu trabalho ligado, temos acompanhado também a notificação dos processos pelo  
316 Diário Oficial, aqueles quando os Avisos de Recebimento-AR, não são encontrados e  
317 volta o AR com o endereço errado ou não respondido, vale lembrar quanto esse  
318 assunto que a nossa Lei Ambiental do Estado é de 1995 e prevê que se faça o  
319 comunicado pelo Diário Oficial, o prazo passa a ser o dobro e inclusive aconteceu com  
320 um dos nossos associados e cliente lá, onde vimos um problema lá com o endereço,  
321 então a gente está vendo que a Casa está passando por essa faxina e isso é muito  
322 bom, apesar disso nós sabemos que os desafios são enormes, há uma demanda  
323 muito grande por licenciamento ambiental, as leis que não podem ser mudadas de  
324 maneira fácil, tem de ser com muito cuidado, com muita cautela, exigem a presença  
325 constante da SEMA e do Licenciamento Ambiental em vários seguimentos industriais,  
326 então quer dizer, a demanda continua forte e a SEMA a gente vê que já está se  
327 esforçando e vai ter que se esforçar ainda mais para dar conta dessa demanda que é  
328 enorme, mas nós acreditamos que os primeiros passos para funcionar já existem, que  
329 é a inteligência e a vontade. A inteligência mostra o caminho e a vontade faz a gente  
330 caminhar, então, a gente vê que isso temperado com honestidade, seriedade tem tudo  
331 para dar certo, logo, queremos hipotecar o nosso apoio em nome da Federação e  
332 dizer que essa Secretaria pode contar com a FIEPA, para apontar eventualmente os  
333 erros, os gargalos, mas também ajudar na solução, não fazendo, como diz a  
334 secretária, co-gestão, mas trabalhando, secretária, em cooperação, como é do perfil  
335 da FIEPA, do perfil da FAEPA, das entidades do setor produtivo. Eu creio que no

336 correr dos próximos anos de gestão a secretária vai perceber bem isso aí. Na nossa  
337 Câmara Técnica, e hoje eu faço parte de duas Câmaras Técnicas, que é Recursos  
338 Hídricos e Mineração e os Projetos infraestruturais, então, estamos precisando ainda  
339 de um projeto para vim que é a do W Torre, que é um licenciamento em Parauapebas  
340 de urbanização, que estava no jurídico, mas a Lúcia me falou que já está pronto, mas  
341 nós precisamos o quanto antes da composição do nosso conselho que faz parte a  
342 SESPÁ que está aqui com o Amiraldo que tem que ver se vai ser mantido, tem a  
343 SEDECT que faz parte e a SEMA que também faz parte e tem que ver se vai ter  
344 mudança e assim que estiver pronto nós estamos dispostos a voltar ao nosso trabalho  
345 e se Deus quiser na próxima reunião ordinária já ter esse parecer pronto para  
346 submeter à plenária, então eram essas as colocações, muito obrigado. Em seguida  
347 tomou a palavra o presidente da **ONG IDA, Dr. Armando Zurita Leão**, que se  
348 manifestou: Bem, eu gostaria de fazer de minhas palavras as do Justiniano sobre a  
349 minha confiança na atual gestão, pelo o que eu pude acompanhar, pelo conhecimento  
350 já de décadas que tenho da senhora Secretária e atual presidente, da nossa UFPA e  
351 fazer alguns comentários, e começa dizendo: se não fora o Ministério Público Federal  
352 e o Juiz Rubens Rolo ter dado aquela liminar contra Belo Monte, aquilo tinha se  
353 passado de outra forma, onde não seria possível exigir os 10% e acho até que foi  
354 exigido pouco e aí isso nos faz lembrar como é que a elite paraense ficou calada  
355 quando fizeram Tucuruí e não garantiram nada, nem uma emenda constitucional que  
356 dissesse: “ora, tantos por cento do ICMS coloca na fonte”, o que acontece com o  
357 ICMS de todo o tipo de operação de SP, de MG, da FIAT, onde parte da fonte vai ao  
358 agregado, não no destino, então, algumas das propostas muito bem colocadas aqui  
359 vão passar pela questão tributária, por que também não adianta nada você fazer  
360 vários empreendimentos e depois dá isenção para todo mundo, mas é evidente com a  
361 organização do COEMA, da forma como nós fomos recebidos aqui, dá para ver que  
362 tem uma tentativa de usar melhor a estrutura, como falou o Justiniano, tem  
363 inteligência, honestidade, então fica muito difícil para uma ONG representar a  
364 sociedade civil no COEMA, por falta de estrutura, não é para agora secretária, mas a  
365 SEMA deve pensar no mínimo de estrutura para os outros que vierem participar, por  
366 que o COEMA, serve principalmente para legitimar as ações governamentais do  
367 Estado do Pará na área ambiental e se ele com a competência que tem da  
368 administração de Vossa Excelência, puder ter uma estrutura democrática no seu dia-a-  
369 dia, com certeza todos nós teríamos a ganhar e desejo à nova gestão que caminhe  
370 para recuperar a reputação que ficou um pouco abalada da instituição e é muito  
371 importante ter uma democracia e o COEMA tem esse caráter, muito obrigado. **Em**  
372 **seguida manifesta-se a secretária:** Bom, eu penso que em função dessas  
373 colocações do Zurita e eu o chamo assim porque fomos professores juntos no mesmo  
374 centro da Universidade, eu acho e eu não gostaria de trazer isso ao Conselho, mas  
375 todos os senhores sabem da dificuldade em que nós recebemos essa Secretaria,  
376 então, se hoje o Neto faz o registro da questão do “5S”, foi muito mais do que um “5S”,  
377 você tem acompanhado quando nós chegamos aqui e eu mexo muito com o pessoal  
378 da Casa dizendo: gente, não tem super Secretária que dê conta do estacionamento da  
379 entrada, de conseguir desconstituir toda uma máfia de porta de Secretaria que não  
380 tem gestão até estar na fronteira do conhecimento discutindo seqüestro de carbono,  
381 agora esforço e vontade política tem e eu queria expor aqui uma colocação que é de  
382 extrema relevância para a gente se sentir absolutamente confortável em poder  
383 trabalhar nessa Casa de forma democrática, pois quando eu vim assumir a Secretaria



384 de meio ambiente o governador Jatene me deu todas as condições para gerenciar  
385 esta Casa, dizendo, Teresa você faz a equipe, você veja como quer retrabalhar a  
386 estrutura, escolha como estabelecer os seus limites e as suas possibilidades, então eu  
387 coloco aqui ao Conselho, não como simples informação. Mas como obrigação sim a  
388 este Conselho que vai me ajudar a administrar, não é a Secretaria, porque é como eu  
389 digo e provoço muito o Neto, não é a questão de co-gestão, mas é uma coisa muito  
390 maior, que é a questão da macropolítica ambiental que na verdade a SEMA, pelo o  
391 que eu levantei do passado, há muito tempo não tem tido estatura para discutir isso,  
392 temos excelentes técnicos na Casa, a Lúcia, eu sempre brinco com ela, eu digo que  
393 ela é a síntese, porque tudo que a gente precisa de informação dessa área, sempre a  
394 gente recorre e tem a presteza da informação temporal, então, nós estamos  
395 caminhando no sentido de garantir a transparência, de garantir a eficiência e de mais  
396 do que isso compartilhar com os parceiros as grandes decisões que se pode colocar  
397 para o governador no sentido de melhorar a gestão ambiental e isso passa  
398 necessariamente por duas coisas, primeiro a visão da descentralização, é no  
399 município que as coisas acontecem, enquanto se tiver a pretensão de estar sentado  
400 em um gabinete refrigerado nesta Casa não vai se controlar o desmatamento, não vai  
401 se fazer política ambiental e segundo, é urgente rever procedimentos, rever o que eu  
402 chamo de entulho normativo que prejudica mais do que ajuda no sentido de se falar  
403 em eficiência, em celeridade e em mecanismo que venha a garantir sustentabilidade  
404 ambiental do nosso Estado, já fiz essas colocações inclusive ontem para a FAEPA, já  
405 ouvi do Dr. Xavier a resposta e o compromisso de poder nos ajudar nessa direção e é  
406 contando com essas parcerias que a gente tem vencido as dificuldades do dia-a-dia,  
407 não é fácil, não é simples, porque a medida que a gente flexibiliza de um lado como  
408 estamos fazendo agora com relação ao cadastro ambiental, nós estamos de outro lado  
409 provocando o quê? Um encaminhamento muito maior de processos para efeito de  
410 licenciamento, mas isso é uma responsabilidade nossa e é esse grande desafio que  
411 nós vamos ter que dar conta e a Casa tem que trabalhar com prioridade, ou seja,  
412 sabendo aquilo que é estratégico para o Estado, seja no ponto de vista do porte, seja  
413 no ponto de vista da inclusão social. E aí vem os problemas sim, Dr. Xavier, vem os  
414 problemas com o INCRA, vem os problemas com diversos Ministérios, com a própria  
415 FUNAI, que às vezes dá a nós um passivo processual que não nos pertence, mas que  
416 nós temos que garantir uma interlocução nesses próprios órgãos, porque  
417 simplesmente devolver para o interessado quando esse interessado tem porte para  
418 fazer essa interlocução rápida às coisas podem até acontecer, mas quando é com um  
419 ribeirinho, um micro que ta lá em um município distante daqui da secretaria ou de  
420 Belém, não consegue fazer. Quero também dizer que por conta dessa nossa  
421 provocação, já tivemos uma reunião com a Ministra de duas horas e meia onde ela se  
422 mostrou bastante sensível com relação as nossas preocupações, nós vamos voltar a  
423 Brasília na semana posterior a semana do meio ambiente, a Ministra se comprometeu  
424 conosco de chamar em uma única reunião, não só o IBAMA, ICMBio, mas todos os  
425 parceiros que possam estar conosco discutindo esse problema e eu me comprometo  
426 na condição de Secretária e como Presidente desse Conselho levar esses problemas,  
427 mas pedir também o apoio dos senhores conselheiros que são articulados, que têm  
428 um poder político também nas mãos, que sem esses poderes a gente dificilmente sai  
429 da condição em que os que estão fora da Amazônia nos enxergam de maneira  
430 equalizada com os demais. Eu acabei de ouvir e já tinha ouvido antes algumas  
431 colocações sobre o Código Florestal que não são feitas só pela FAEPA na pessoa do

432 Dr. Xavier, como vários outros especialistas e a gente discute que as nossas várzeas  
433 hoje são Áreas de Proteção Permanente – APP, eram o quê? Eram as nossas  
434 estradas, eram as nossas vias, então o que nós temos é nos fazer ouvir nos grandes  
435 canais de tomada de decisão e aí nesse sentido só unindo forças e o governador  
436 Jatene, através de sua vontade política, do pacto que ele estabeleceu, ele tem dado  
437 demonstrações para isso, não só orientando o que devemos fazer, mas incorporando,  
438 aí eu volto para a questão dos municípios verdes, incorporando as boas idéias dos  
439 grandes projetos, e eu até me preocupo com o que ele colocou como agenda mínima,  
440 fazer o programa municípios verdes em 100 municípios dos 143, e eu até falei a ele:  
441 “se eu estivesse do seu lado, você não colocaria 100 municípios, porque não sei se  
442 nós teríamos condições para tal”, mas o desafio está posto, nós temos por obrigação  
443 trazer a esse Conselho não só os assuntos que são da alçada do Conselho, mas  
444 principalmente os que são de interesse do Estado, queria agradecer a participação e  
445 todos e queria me colocar a disposição, que saibam que esse estrutura que foi criada,  
446 não foi criada para a SEMA, é uma estrutura que foi criada para o Conselho, então  
447 quero agradecer a presença de todos e já na expectativa de receber essas  
448 contribuições e poder ver como a gente encaminha os processos e dá por encerrada a  
449 reunião do COEMA.